

Gênero e ensino: contribuições de Marcuschi

pg 200-203

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Ângela Paiva Dionísio, Ana Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

Sonia Merith Claras¹

Roziane Keila Grando²

Marcuschi foi professor do Centro de Artes e Comunicação do Departamento de Letras, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Renomado pesquisador nos estudos de gênero e enunciação, com reconhecimento internacional a partir de seus trabalhos no campo da linguística, especialmente aqueles voltados para linguagem falada e os gêneros textuais, tem diversas publicações nessas áreas. Sua contribuição com o campo da Linguística Textual e da Análise da Conversação também merece destaque.

O autor publicou mais de vinte obras, entre as quais estão as elaboradas por ele e aquelas que organizou, além de muitos artigos. Das suas produções, destacam-se: *Linguística Textual: o que é e como se faz, da fala para a escrita*; *Hipertexto e gêneros digitais*; *Produção textual, análise de gênero e compreensão e Análise da conversação*.

Em meio a tantas publicações, merece atenção o artigo intitulado *Gêneros textuais: definição e funcionalidade* (2003), o qual faz parte da obra organizada por Ângela P. Dionísio, Ana R. Machado e Maria A. Bezerra *Gêneros textuais e ensino*, visto que passou a integrar, na virada do milênio, uma das leituras essenciais para alunos em formação inicial, professores e estudiosos da linguagem interessados

em melhor compreender o que se definia, à época, por gêneros textuais, os quais tinham sido, recentemente, contemplados e inseridos no ensino por meio da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998). A proposta de um trabalho que privilegiasse os gêneros, tanto no ensino da oralidade, leitura, escrita e análise linguística fez emergir distintos questionamentos, dentre eles: como se caracterizava, reconhecia um gênero textual/discursivo? O que diferenciava texto, discurso e gênero? O que configuraria um suporte de um gênero? Como surgiam novos gêneros? O que diferenciava um gênero de um tipo textual? Eram dúvidas que se colocavam diante do novo. Nesse viés, as publicações de Marcuschi, principalmente a abordada nesta resenha, passaram a ser uma referência de leitura/pesquisa, não só por trazerem à tona reflexões que davam conta de orientar os questionamentos postos acima, mas porque ampliavam o olhar para outros fatores importantes, a fim de entender ou mesmo ensinar os gêneros na escola.

O artigo em questão é apresentado em dezoito páginas, sendo o capítulo de Marcuschi a abrir a obra, trazendo para o leitor algumas conceituações relevantes para o campo do ensino,

¹ Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora efetiva do Departamento de Letras (UNICENTRO). E-mail: soniaclame@gmail.com

² Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora substituta do Departamento de Letras (UNICENTRO). E-mail: kekegrando@yahoo.com.br

principalmente para o trabalho com o ensino de língua materna, ao diferenciar tipo textual de gênero textual, os quais, se confundidos, podem “esvaziar a noção de gênero textual de sua carga sociocultural, historicamente construída, ferramenta essencial, para alguns para a socialização do aluno via escrita” (KLEIMAN, 2010, p. 10). Mais detalhadamente, o capítulo divide-se em seis subseções, com início na página 19 e término na 36. Na primeira – Gêneros textuais como práticas sócio-históricas – o autor destaca o fato de que os gêneros textuais estão situados e integrados funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. A segunda seção – Novos gêneros e velhas bases – dedica-se a comentar que as tecnologias não são responsáveis por dar origem aos gêneros, mas a intensidade dos usos das tecnologias e suas interferências “nas atividades comunicativas diárias” (p. 20). Na terceira seção – Definição de tipo e gênero textual – Marcuschi (2003) faz um apanhado de outros autores que também diferenciam gêneros de tipos textuais, sistematizando essa caracterização e discorrendo sobre outro termo que pode ser usado de maneira vaga, dependendo da abordagem: domínio discursivo, visto como práticas discursivas em que pode ser identificado um conjunto de gêneros textuais. O quarto intertítulo – Algumas observações sobre os tipos textuais – mostra como os gêneros podem ser observados pelo fato de eles terem traços linguísticos predominantes. No quinto – Observações sobre os gêneros textuais – Marcuschi (2003) debruça-se sobre a noção de domínio, evidenciando que a compreensão desse termo não deveria estar calcada na forma linguística, mas na maneira como se realizam linguisticamente os objetivos em situações particulares, justamente por serem entendidos como artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. A penúltima seção – Gêneros textuais e Ensino – é dedicada ao leitor para que trace um paralelo entre oralidade e escrita no contexto dos gêneros

textuais, já que os gêneros são distribuídos por essas modalidades de modo contínuo, o que permitiria um trabalho situado e concreto para a prática em sala de aula, visto que os gêneros estariam situados em eventos linguísticos diversos, tanto escritos quanto orais, o que permitiria ir além de uma visão instrutiva sobre o gênero, mas de produção textual. A última seção – Observações finais – encaminha o texto para uma conclusão de que o trabalho do professor de língua encaminhado pelo(s) e com os gêneros oportuniza lidar com a língua em situações reais, considerando o uso.

De maneira mais pontual, destacamos que em *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*, Marcuschi (2003) parte do reconhecimento dos gêneros textuais como práticas sócio-históricas, isto é, vinculados à vida cultural e social das pessoas. Assim, os gêneros seriam “fruto de trabalho coletivo” (p. 19), contribuindo para “ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia” (p. 19), surgindo da necessidade e atividades socioculturais das pessoas, acompanhando, também, as inovações tecnológicas “o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita” (p. 19). Contudo, não é o surgimento da tecnologia, “*per se*” (p. 20), que fazem surgir os novos gêneros, mas o uso dessas tecnologias nas atividades comunicativas diárias, resultando em “transmutação” de gêneros (expressão que o autor retoma de BAKHTIN, 1997), uma vez que os gêneros vão se adaptando ao contexto de uso, ou seja, os novos gêneros ancoram-se em velhos, isto é, um e-mail tem nas cartas pessoais, ou mesmo, em bilhetes, seus antecessores. Em suma, conforme Marcuschi (2003), os gêneros caracterizam-se como “eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” (p. 19), devendo ser reconhecidos/definidos muito mais por seus aspectos sociocomunicativos e funcionais que por seus aspectos formais, sejam eles estruturais ou

linguísticos. Contudo, por vezes, complementa o autor, é o suporte, o ambiente em que os textos são publicados que determinam o gênero presente.

Todavia, é na distinção entre tipo e gênero textual que Marcuschi (2003) mais se detém, evidenciando que tipologia textual não é sinônimo de gênero textual. Segundo o autor, *tipo textual* é um termo utilizado para designar “uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}” (p. 22). Em contrapartida, gênero textual é uma expressão que aponta para uma noção vaga “para referir-se aos textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sociocomunicativas* por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (p. 23). Considerando tais pontos, os tipos textuais abrangem um pequeno número de categorias, conhecidas como: “*narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*” (p. 23), enquanto os gêneros textuais são inúmeros. Para exemplificar as diferenças entre gênero e tipo textual, o autor elabora um quadro sinóptico em que são contrastadas características, lado a lado, o que torna bastante esclarecedor para o leitor a diferença de um (características de um tipo textual) e de outro (características de um gênero textual). Além desse quadro, Marcuschi (2003) utiliza-se de um gênero, uma carta pessoal, para demonstrar que as sequências tipológicas, por si só, não constituem textos, mas que elas fazem parte dos textos, materializados em gêneros, e que na carta há o predomínio de descrições e exposições, tipos característicos ao gênero. “Por isso, um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto (p. 27)”. Assim, conclui o autor, “quando se nomeia um certo texto como ‘narrativo’, ‘descritivo’, ou ‘argumentativo’, não está nomeando o gênero e sim o predomínio de um tipo de sequência de base” (p. 27). Ainda,

tratando dessa distinção, o autor retoma o conceito de domínio discursivo, “para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana” (p. 23), ou ainda, as grandes esferas de atividade humana em que os textos circulam. Para tratar de domínio discursivo, o autor distingue, antes, porém, texto, discurso e gênero: “*texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual” (p. 24), enquanto o “*discurso* é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância enunciativa” (p. 24).

Tão importante quanto a distinção entre texto e tipo textual, ou ainda, que os textos são materializados em gêneros e que o discurso é aquilo que se produz no uso da linguagem, é a relação de hibridismo presente nos gêneros que passam, cada vez mais, a integrar os vários tipos de semioses (signos verbais, sons, imagens e formas em movimentos). Hibridismo que desafia o estabelecimento dos limites entre oralidade e escrita. Nesse prisma, Marcuschi (2003), a partir de exemplos incorporados ao texto, demonstra que o hibridismo pode não ser apenas entre a mistura de diferentes linguagens presentes no gênero, mas pode ser um hibridismo entre os próprios gêneros, na medida em que um gênero pode assumir a forma de outro. Ao trazer um artigo de opinião, na estrutura de um poema, o autor possibilita ao leitor vislumbrar, concretamente, a ocorrência de uma intertextualidade, intergêneros, na acepção de Ursula Fix (1997), quando “um gênero assume a função de outro” (p. 31) e a heterogeneidade tipológica “que diz respeito ao fato de um gênero realizar várias sequências de tipos textuais” (p. 31), diferenças sistematizadas em um esquema pelo autor.

Por fim, para encerrar seu texto, Marcuschi (2003) retoma a proposta dos PCNs que reiteram a necessidade de realizar um ensino pautado nos gêneros, uma vez que, segundo ele, pelo gênero, tem-se “a oportunidade de observar tanto a oralidade como a escrita em seus usos culturais mais autênticos sem forçar a criação de gêneros

que circulam apenas no universo escolar” (p. 36). O autor chega mesmo a sugerir que o professor leve para a sala de aula um jornal, e nele examine os gêneros presentes, reconhecendo as características no que se refere a conteúdo, composição, estilo, nível linguístico e propósito de cada gênero.

Em suma, Marcuschi (2003) finaliza o capítulo, de forma clara e precisa, retomando autores como Bakhtin (1997) e Bronckart (1999), dentre outros, pontuando que os gêneros têm uma relação com as práticas sócio-históricas, não surgem ao acaso, sustentando-se a partir de velhas bases, que tipo textual não é texto, mas que os textos trazem e se configuram a partir das tipologias textuais. Para o autor, os gêneros se organizam a partir de um domínio discursivo, podendo ser híbridos, no que refere às linguagens presentes, ou ainda, híbridos por misturarem-se entre os próprios gêneros.

De maneira geral, é oportuno destacar que o capítulo em questão, escolhido para nossa análise, teve e tem um papel fundamental no campo de formação de professores, seja inicial ou continuada, principalmente para os da área de linguagem, que precisam de discernimento sobre esses conceitos – tipo textual, gênero textual, domínio discursivo - tão caros ao nosso trabalho, e que perpassam as práticas do professor, cuja clareza é necessária para que se faça um trabalho de prática discursiva situada no ensino de língua(s), em especial a língua materna.

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental 3º e 4º ciclos: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRONCKART, J. P. *Atividades de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.

FIX, U. Kanon and autoflösung des Kanons. Typologische Intertextualität- ein “postmodernes” “Stilmittel?” In: Antos, G. e Tietz, H. (orgs). *Die Zukunft der textlinguistik. Traditionen, transformationen, trends*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1997, p.96-108.

KLEIMAN, A. B. Apresentação do livro Gêneros textuais e ensino. In: *Gêneros textuais e ensino*. 2.ed. Ângela Paiva Dionísio, Ana Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Submissão: 19 de setembro de 2018.

Accite: 10 de outubro de 2018.